

OJS

OPEN
JOURNAL
SYSTEMS

REVISTA

ENSINO DE GEOGRAFIA (RECIFE)

Laboratório de Ensino de Geografia e Profissionalização Docente (LEGEPE)

Universidade Federal de Pernambuco

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia>

PKS

PUBLIC
KNOWLEDGE
PROJECT

O lugar das juventudes no currículo de Geografia: uma análise do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso – etapa Ensino Médio (DRC-MT EM)

Gabriel de Miranda Soares Silva¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4651-3640>

¹ Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, Goiás, Brasil*

Artigo recebido em 22/08/2025 e aceito em 18/12/2025

RESUMO

As recentes reformas curriculares na Educação Básica brasileira têm como objetivo alinhar o Ensino Médio às realidades das diversas juventudes que compõem o país. Tais reformas foram impulsionadas por dados do Ministério da Educação (MEC) que apontam elevados índices de reprovação e evasão nessa etapa de ensino. Esses indicadores subsidiaram a elaboração de documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outros referenciais curriculares regionais, os quais buscam aproximar o currículo escolar do contexto vivido pelos jovens estudantes. Nesse sentido, o presente texto propõe uma análise qualitativa da representação das juventudes no Documento de Referência Curricular de Mato Grosso – Ensino Médio (DRC-MT EM), tomando como base o próprio documento e a bibliografia especializada. Observa-se que a multiplicidade e a dinamicidade das juventudes são reconhecidas no DRC-MT EM, incentivando a construção de projetos educativos que promovam o protagonismo juvenil nos espaços escolares. Contudo, ao analisar a materialização das políticas públicas nas escolas da rede estadual, verifica-se que as ações implementadas pelo governo nem sempre dialogam com os princípios estabelecidos nos documentos curriculares, o que fragiliza a participação efetiva da comunidade escolar, dos professores e dos próprios estudantes.

Palavras-chave: ensino de geografia; juventudes; currículo; Mato Grosso.

* Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG).
Email: gabriel_miranda@discente.ufg.br



The place of youth in the Geography curriculum: an analysis of the Curricular Reference Document for Mato Grosso – High School stage (DRC-MT EM)

ABSTRACT

The recent curricular reforms in Brazilian Basic Education aim to align High School with the realities of the diverse youth that make up the country. Such reforms were driven by data from the Ministry of Education (MEC) that point to high rates of failure and dropout in this stage of education. These indicators subsidized the development of documents such as the National Common Curricular Base (BNCC) and other regional curricular frameworks, which seek to bring the school curriculum closer to the context experienced by young students. In this sense, the present text proposes a qualitative analysis of the representation of youth in the Mato Grosso Curricular Reference Document – High School (DRC-MT EM), based on the document itself and specialized bibliography. It is observed that the multiplicity and dynamism of youth are recognized in the DRC-MT EM, encouraging the construction of educational projects that promote youth protagonism in school settings. However, when analyzing the materialization of public policies in state network schools, it is verified that the actions implemented by the government do not always align with the principles established in the curricular documents, which weakens the effective participation of the school community, teachers, and the students themselves.

Keywords: geography teaching; youth; curriculum; Mato Grosso.

El lugar de las juventudes en el currículo de Geografía: un análisis del Documento de Referencia Curricular para Mato Grosso – etapa de Enseñanza Secundaria (DRC-MT EM)

RESUMEN

Las recientes reformas curriculares en la Educación Básica brasileña tienen como objetivo alinear la Enseñanza Media con las realidades de las diversas juventudes que componen el país. Dichas reformas fueron impulsadas por datos del Ministerio de Educación (MEC) que señalan altos índices de reprobación y deserción escolar en esta etapa educativa. Estos indicadores subsidiaron la elaboración de documentos como la Base Nacional Común Curricular (BNCC) y otros referentes curriculares regionales, que buscan acercar el currículo escolar al contexto vivido por los jóvenes estudiantes. En este sentido, el presente texto propone un análisis cualitativo de la representación de las juventudes en el Documento de Referencia Curricular de Mato Grosso – Enseñanza Media (DRC-MT EM), tomando como base el propio documento y la bibliografía especializada. Se observa que la multiplicidad y la dinamicidad de las juventudes son reconocidas en el DRC-MT EM, incentivando la construcción de proyectos educativos que promuevan el protagonismo juvenil en los espacios escolares. Sin embargo, al analizar la materialización de las políticas públicas en las escuelas de la red estatal, se verifica que las acciones implementadas por el gobierno no siempre dialogan con los principios establecidos en los documentos curriculares, lo que debilita la participación efectiva de la comunidad escolar, de los profesores y de los propios estudiantes.

Palabras clave: enseñanza de la geografía; juventudes; currículo; Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

As recentes reformulações curriculares ocorridas na Educação Básica brasileira destacaram a necessidade de construir um ensino que dialogue com as diferentes juventudes. Dados do Ministério da Educação (MEC) divulgados em 2023, apontam que o Ensino Médio — etapa da Educação Básica, em que se concentram os jovens de 15 a 18 anos de idade — apresentava uma taxa de reprovação de 3,9% e 5,9% de taxa de evasão (Brasil, 2024). Tais dados influenciaram diretamente as políticas públicas voltadas à população jovem no país. Desse modo, a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos documentos curriculares regionais evidência que a juventude deve estar contemplada nas concepções dos currículos para a Educação Básica, de forma que tais sujeitos estejam efetivamente inseridos nos processos de ensino-aprendizagem.

O objetivo deste texto é analisar a representação das juventudes no Documento de Referência Curricular para Mato Grosso - Etapa Ensino Médio (DRC-MT EM). Busca-se, portanto, compreender como o documento apresenta e interpreta as juventudes mato-grossenses, considerando suas diversidades históricas, culturais, sociais e políticas.

A análise foi desenvolvida utilizando uma abordagem qualitativa de cunho interpretativo, por meio de análise documental e bibliográfica com foco na temática da juventude. O estudo objetiva investigar a representação da juventude no Documento de Referência Curricular para Mato Grosso - Etapa do Ensino Médio (DRC-MT EM), com atenção na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, focando no componente curricular Geografia. A análise documental foi apoiada por bibliografia especializada (Gil, 2025), buscando compreender as nuances dessa abordagem. Ainda são apresentados alguns resultados parciais do projeto de pesquisa “A Reforma do Ensino Médio e os Desafios da Geografia Escolar¹”, do qual o autor participa como colaborador, analisando os documentos curriculares do Estado de Mato Grosso.

Nesse cenário, é possível constatar que, apesar de os documentos curriculares apresentarem arcabouços para entender as diversas juventudes mato-grossenses, considerando suas diversidades e espacialidades culturais e sociais, o poder público, na implementação de projetos educativos, não

¹ Projeto registrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação da Universidade Federal de Goiás sob o código nº PI06707-2023.

promove o diálogo nem o protagonismo estudantil, o que acaba por inviabilizá-los no ambiente escolar.

DESENVOLVIMENTO

A concepção de juventudes adotadas nesta pesquisa se alinha com o que defende Dayrell (2003, p. 42):

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte do processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto de experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta.

No campo da Geografia, a ideia de juventude é tratada no plural, como juventudes, para enfatizar a diversidade de experiências dos jovens. Em vez de uma única categoria, essa abordagem reconhece que as juventudes no espaço geográfico são moldadas por uma variedade de fatores, como a situação econômica, social, biológica, psicológica, cultural e geográfica (Paula, 2016). Os documentos curriculares também adotam essa visão plural. A partir daqui, será utilizada a palavra "juventudes" no plural para reforçar a ideia de que elas são diversas e múltiplas, e não podem ser vistas de forma estática, pois são "constituições históricas, culturais, sociais e políticas" (Mato Grosso, 2021, p. 15).

No contexto do ensino de Geografia, as perspectivas curriculares devem estar conectadas às diversas realidades socioespaciais juvenis, na medida em que se busca compreender o espaço e suas múltiplas relações. Isso é fundamental para um processo de ensino-aprendizagem que procure a superação de um currículo concebido para servir apenas à formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Nesse cenário, a Geografia escolar pode dar a base para que esses jovens compreendam a realidade do mundo a partir de suas experiências socioespaciais em seus espaços de vivência, onde os conteúdos dispostos nos documentos curriculares possam dar sentido a uma Geografia que extrapole os territórios da sala de aula (Bento, 2015).

Sob este prisma Cavalcante (2025, p. 11) sublinha que,

[...] ao estudar seus conteúdos, os jovens podem fazer reflexões sobre diferentes partes do mundo e de seus dilemas e polêmicas, sobre o lugar em que eles vivem e os problemas que enfrentam no dia a dia, sobre o que significa, do ponto de vista da dinâmica da sociedade, viver onde vivem. Ao estudarem Geografia e se apropriarem dos seus conceitos, os jovens podem refletir sobre o componente geográfico de sua subjetividade: sobre as espacialidades que os condicionam e que condicionam suas práticas, sobre as espacialidades que eles produzem ao circularem, se instalarem e se territorializarem em diferentes locais da sua cidade.

Nesta perspectiva, destaca-se que, para além de compreender as juventudes escolares nos documentos curriculares, os docentes devem adaptar suas práticas pedagógicas cotidianas para um processo de ensino-aprendizagem que leve em consideração os jovens e suas diversidades socioespaciais, econômicas e culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A BNCC das etapas de educação infantil e ensino fundamental foi homologada em 2017. A partir disso, os documentos curriculares estaduais foram elaborados e homologados em 2018. Para o ensino médio, a BNCC nacional foi homologada em 2018, e o documento regional de Mato Grosso, em 2020. O processo de implementação começou de forma piloto em algumas escolas da rede em 2021 e foi expandido para toda a rede estadual em 2022 (Silva, 2023).

A reformulação dos currículos busca estabelecer um diálogo com os jovens estudantes, especialmente diante dos altos índices de evasão e reprovação. As políticas públicas, então, realinharam as normativas curriculares para aproximar as concepções de juventude da realidade dos estudantes nas escolas brasileiras.

O DRC-MT EM explicita, logo no início, as concepções de juventudes que fundamentam o documento, apoiando-se em teóricos como Charlot (2000), Dayrell (1999; 2001; 2007), Pais (1993), Spósito (1993; 2000), Peralva (1997) e Feixa (1998), para situar e compor a discussão sobre juventudes. O documento destaca que as áreas do conhecimento dispostas pela BNCC entendem que a juventude pode ser

[...] caracterizada genericamente como uma fase de transição, biológica e social, as diversas sociedades em determinado momento histórico apresentam maneiras variadas de lidar com ela, de acordo com as condições sociais, culturais, étnicas, religiosas, de gênero, geográficas, entre outros aspectos. Não havendo assim, uma concepção universal de juventude, pois de acordo com Peralva (1997) a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e uma representação (Mato Grosso, 2021, p. 15).

O documento reforça que não se pode compreender a juventude no singular, enfatizando a ideia de múltiplas juventudes; e reconhecendo as diferentes condições de ser jovem no mundo contemporâneo, as quais podem ser moldadas por fatores históricos, sociais, culturais e políticos. Destaca-se ainda, que o documento aponta a importância da construção de identidades, como um aspecto fundamental para a compreensão das juventudes. Uma vez que, esta marca questões as quais envolvem a transição entre a adolescência e juventude. Tal etapa é caracterizada por muitas experiências e mudanças socioemocionais, as quais devem ser levadas em consideração nos processos educacionais, pois essas experiências podem ter um impacto ao longo da vida.

Outro aspecto destacado pelo documento é a ideia de pluralidade nas juventudes mato-grossenses, a qual é evidenciada pela seguinte passagem: “[...] por uma rica diversidade de etnias, identidades, gêneros e representações sociais, materializadas nos modos de vida dos jovens dos espaços urbanos, do campo, das comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, de imigrantes, de regiões singulares como as do Pantanal e da Floresta Amazônica [...]” (Mato Grosso, 2021, p. 16-17).

O documento curricular evidencia, portanto, as pluralidades dessas juventudes - indígena, quilombola, rural, urbana e de jovens e adultos - reconhecendo assim, os distintos contextos e conjunturas de ser jovem em Mato Grosso. Há, no documento, uma preocupação explícita com tais diversidades; além da necessidade de que os processos de ensino-aprendizagem levem em conta essas especificidades, valorizando os locais de residência e promovendo uma educação integral enraizada nos aspectos socioculturais dos diferentes territórios.

Considerando que o documento DRC-MT EM segue os parâmetros da Lei nº 13.415 de 2017², em que os componentes curriculares são organizados em grandes áreas do conhecimento, a Geografia, que compõe a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, juntamente com História, Sociologia e Filosofia. Como já destacado por Silva (2023; 2024), tal reorganização favorece o esbatimento dos saberes e epistemologias próprias de cada componente, fragilizando ainda mais o campo das Ciências Humanas, já historicamente marginalizado no contexto da Educação Básica brasileira.

Embora o documento apresente em suas páginas, um conceito mais amplo de trabalho – o qual compreende não somente como produção de bens; mas, como parte da prática humana – ainda há uma forte ênfase na preparação destes jovens para o mercado de trabalho. A área de humanidades, por exemplo, reforça a importância da elaboração de um “projeto de vida”, o qual dialogue com o mundo do trabalho. Neste contexto, nota-se que os documentos programáticos esvaziam as áreas de Ciências Humanas, de forma a diminuir as reflexões sobre o mundo, já que estes componentes curriculares podem auxiliar os jovens e “[...] fornece importantes explicações para situar os filhos dos que vivem do trabalho no mundo. Pode, muito mais que isso, instrumentalizá-los para que, através da leitura crítica do mundo, possam transformá-lo” (Farias, 2020, p. 11).

Neste contexto, a Geografia na Educação Básica tem como papel fundamental, a promoção de uma leitura crítica e geográfica do mundo, tornando esses jovens sujeitos ativos neste processo. Cavalcanti (2016), destaca que há inúmeros desafios neste processo de ensino-aprendizagem; e que os professores devem promover uma aproximação entre os conteúdos curriculares e os cotidianos juvenis para este público. A autora ainda discorre que

[...] cabe a escola e ao ensino de Geografia trabalhar com esses diferentes saberes geográficos, confrontando-os, discutindo as relações entre eles, ampliando conhecimentos e a capacidade de análise crítica. O trabalho docente com esta orientação poderá contribuir para que os alunos compreendam melhor a espacialidade do mundo contemporâneo, para além dos conhecimentos que já possuem (Cavalcanti, 2016, p. 136).

² Destaca-se que esta pesquisa foi realizada antes da promulgação da Lei nº 14.945/2024, que estabelece a Política Nacional de Ensino Médio. A norma, que passa a ser implementada em 2025, altera a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e revoga parcialmente a Lei nº 13.415/2017, que dispõe sobre a reforma do Ensino Médio.

Com base neste ponto de vista, observa-se que esses documentos orientam práticas pedagógicas alinhadas ao que propõem Cavalcanti (2010), valorizando o lugar de vivência dos estudantes e conferindo significado aos conteúdos escolares, especialmente no ensino de Geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o DRC-MT EM, nota-se que o documento apresenta um arcabouço relevante à compreensão das juventudes no contexto contemporâneo. O reconhecimento dessas existências no território mato-grossense é fundamental para abordar as pluralidades presentes nesse espaço geográfico.

Além disso, o documento incentiva práticas pedagógicas, as quais promovam a sensibilização para a concepção de um projeto de vida e o protagonismo juvenil. No entanto, ao observar a realidade do processo de ensino-aprendizagem na rede estadual de Mato Grosso, nota-se que os estudantes ainda enfrentam limitações quanto à autonomia discente. Em muitos casos, há uma busca pela aplicação de um projeto de militarização³, em que não há diálogo com a sociedade e com os estudantes, na implementação deste modelo de escola. Outra situação que fere a autonomia discente, é na composição de turmas, que em muitos dos casos, os estudantes são alocados em turmas e itinerários formativos de forma arbitrária, sem consulta ou escuta qualificada.

Verifica-se, portanto, que, embora o DRC-MT EM forneça os subsídios teóricos e conceituais para a compreensão das diversas juventudes mato-grossenses e suas múltiplas espacialidades, há uma lacuna entre o que está previsto no documento e o que se concretiza na prática escolar. A ausência de diálogo com os sujeitos envolvidos inviabiliza o protagonismo estudantil e compromete o potencial transformador de uma educação que deveria ser, acima de tudo, inclusiva, contextualizada e democrática.

³ Segundo dados da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT), em 2025 foram implantadas 25 unidades escolares na modalidade cívico-militar. A secretaria ainda destaca que, já são 84 unidades escolares nesta modalidade (Mato Grosso, 2025). Por sua vez, o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP-MT), vem destacando reiteradas denúncias frente a este processo de militarização, em que estudantes, professores e a comunidade escolar não são consultados, de forma que apenas os interesses do governo do estado são levados em consideração.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2023.pdf. Acesso em: 10 abr. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 2 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nos 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 162, n. 147, p. 5, 1º ago. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm. Acesso em: 3 ago. 2025.
- BENTO, Izabella Peracini. A Cultura Geográfica de Jovens Escolares. In: CAVALCANTI, Lana de Souza; CHAVEIRO, Eguimar Felício; PIRES, Lucineide Mendes. (Orgs.). **A cidade e seus jovens**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, 2015. p. 31-52.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. A geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais [...] do I Seminário Nacional: Currículo em movimento – perspectivas atuais**. Belo Horizonte, 2010. p. 1-16. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7167-3-3-geografia-realidade-escolar-lana-souza/file>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. O olhar geográfico em formação: jovens estudantes de geografia e desafios contemporâneos. In: PAULA, Flávia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza; PIRES, Lucineide Mendes (org.). **Os jovens e suas espacialidades**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016. p. 143-160.
- CAVALCANTE, Livia de. Os jovens e a Geografia escolar: notas sobre o lugar e o cotidiano. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 15, n. 25, p. 5-21, 2015. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/1521/674>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1123, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/c4M3vC7P4zVn6R4qP6n8Wky/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A juventude e a educação de jovens e adultos: reflexões iniciais, novos sujeitos. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 4. ed.; 2. Reimp. 2018, p. 53-65.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A juventude e a escola: um olhar sobre a trajetória dos estudantes do Ensino Médio. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 30, p. 25-38, dez. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/42723>. Acesso em: 23 jun. 2025

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. A Lei 13.415/2017 e o lugar da geografia escolar na estrutura curricular do ensino médio. **Revista Ensino de Geografia (Recife)**, Recife, v. 3, n. 2, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/article/view/245116>. Acesso em: 2 jan. 2024.

FEIXA, Carles. El reloj de arena: culturas juveniles en América Latina. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 158, p. 106-121, nov./dez. 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Pesquisa qualitativa básica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM. Governo de MT implanta mais 25 escolas cívico-militares após consulta com pais e estudantes. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.secom.mt.gov.br/w/governo-de-mt-implanta-mais-25-escolas-c%C3%ADvico-militares-ap%C3%B3s-consulta-com-pais-e-estudantes>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação – SEDUC. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso - Etapa Ensino Médio**. 2. versão. Cuiabá, 2018. Disponível em: <https://sites.google.com/view/novo-ensino-medio-mt/drcmt-em-documento-homologado?authuser=0>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PAULA, Flavia Maria de Assis. **Juventudes e Cidades: uma leitura espacial**. In: PAULA, Flavia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza; PIRES, Lucineide Mendes (orgs.). Os Jovens e suas espacialidades. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016. p. 21-44.

PERALVA, Angelina Teixeira. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5/6, p. 15-24, maio/dez. 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24781997000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2025.

SILVA, Gabriel de Miranda Soares. A temática fronteira no currículo de geografia: considerações a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT). In: FÓRUM NACIONAL NEPEG DE FORMAÇÃO DE

PROFESSORES DE GEOGRAFIA, 12., 2024, Goiânia. **Anais [...] Fórum nacional NEPEG de formação de professores de geografia [recurso eletrônico]: Temas contemporâneos, Geografia e ensino.** Goiânia: C&A Comunicação, 2024. p. 840-846. Disponível em: <https://nepeg.com/anaisforumnepeg/anais/>. Acesso em: 3 mai. 2025.

SILVA, Gabriel de Miranda Soares. Espaços de fronteira no currículo de geografia: considerações sobre o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – ENANPEG, 15., 2023, Palmas. **Anais [...] do XV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia – ENANPEG.** Campina Grande: Editora Realize, 2023. p. 1-10. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/94263>. Acesso em: 6 jan. 2025.

SPÓSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**, São Paulo, v. 5, n. 1/2, p. 161-178, jul. 1993. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/84954>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Estudos sobre movimentos sociais, juventude e educação.** 2000. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001174520>. Acesso em: 10 jul. 2025.